Questão 1

- Identificação dos pedidos (reparação da mota, ou subsidiariamente a resolução do contrato e a restituição do preço) e da causa de pedir (celebração do contrato de compra e venda).
- Identificação da cumulação subsidiária e analisar a sua admissibilidade. Distinguir esta cumulação da cumulação alternativa.
- Concluir pela admissibilidade da cumulação subsidiária, por estarem verificados os seus requisitos.

Questão 2

- Identificação da revelia, referindo que a mesma é relativa por ter sido junta a procuração e o documento, pelo Advogado, nos termos do art. 567.º do CPC. Distinguir a revelia relativa da revelia absoluta, nos termos dos arts. 566.º e 567.º do CPC.
- Analisar o art. 568.º do CPC e concluir pela não aplicação de qualquer das alíneas, razão pela qual a revelia é operante, e consideram-se confessados os factos.
- Ao ser junto o documento, há que discutir os efeitos do mesmo em termos de defesa, ainda que não tenha sido apresentada uma Contestação em termos formais, no sentido de a apresentação do documento poder ser, em si, uma forma de defesa do Réu.

Questão 3

- Indicar que se trata de prova documental, e identificar o tipo de documento, nos termos do art. 363.º, n.ºs 1 e 3 do CC.
- Tratando-se de um documento (escrito) particular assinado, a força probatória é a estipulada no art. 376.º do CC.
- Indicar que o documento não foi impugnado pelos AA., nos termos do art. 374.º do CC.

Questão 4

- Referir que o rol de testemunhas é apresentado com o respectivo articulado. Se não acontecer, deve ser discutida a possibilidade de serem arroladas posteriormente as testemunhas, nos termos do art. 598.º do CPC.
- Neste caso, e tendo em consideração que o art. 598.º do CPC refere-se a requerimentos probatórios, não indicando concretamente a prova já junta ao

processo, seria admissível arrolarem-se testemunhas nesta fase processual, ainda que não o tivessem sido inicialmente, uma vez que foi junto um documento pelo Réu, que integra o seu requerimento probatório.

- Apreciar se seria admissível a prova testemunhal, nos termos do art. 592.º do CPC, concluindo pela sua admissibilidade, ao não estar prevista qualquer limitação nos termos do art. 393.º do CC

Questão 5

- Distinguir os dois meios probatórios, indicando que a perícia exige especiais conhecimentos técnicos, razão pela qual é realizada por um perito, enquanto a inspeção judicial é realizada pelo juiz, que verifica directamente o bem.
- Indicar que ambos têm a mesma força probatória (bastante), podendo ser requerida ou determinada a sua realização oficiosamente.
- Concluir pela adequação da perícia por se poder tratar de uma avaria mecânica, que exige especiais conhecimentos técnicos, razão pela qual a inspeção judicial não se revelava adequada e até mesmo útil por essa razão.

Questão 6

- Indicar que, não tendo existido recurso ou reclamação, a sentença transitou em julgado, formando caso julgado material, e explicar o significado desta figura.
- Ponderar a eventual preclusão do pedido reconvenicional, por Timóteo não ter contestado a ação em termos formais, nem ter apresentado qualquer pedido reconvenicional, aludindo ao princípio da concentração da defesa.
- Referir que a reconvenção não consubstancia um ónus do réu, salvo no caso do art. 860.º, n.º 3, do CPC, e sem prejuízo de o respetivo facto constitutivo poder integrar a previsão do art. 573.º do CPC, estando, neste caso, abrangido por esta regra de preclusão.